



Acta n.º 4 /08

*ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2008*

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e oito, pelas catorze horas, reuniram, no Cine- Teatro de São Luís em Pinhel, os membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado a ausência dos Senhores Deputados Municipais Henrique Luís Saraiva, António Matias Alves Lopes e o senhor Presidente de Junta de Freguesia do Lamegal, Ricardo João Ferreira Soares Capelo, os quais justificaram atempadamente as suas faltas.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu ainda conhecimento que se verifica a ausência do Senhor Deputado Municipal Sérgio Alexandre Raposo Ferreira Paula.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, António Luís Monteiro Ruas, bem como do Senhor Vereador Rui Manuel Saraiva Ventura e do Senhor Vereador José Manuel Morgado Martins. -----

Constatado existir “*quorum*” para a realização da Sessão, deu-se início aos trabalhos.-----

Faziam parte da “Ordem de Trabalhos” da Sessão, previamente convocada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, José António Sales Gomes, os seguintes pontos:--

1. Análise e votação da acta da Sessão do dia 26 de Junho de dois mil e oito; ---
2. Período antes da Ordem do Dia; -----
3. Período da Ordem do Dia;-----

a) Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como a situação financeira e parecer da Sociedade Revisora de Oficiais de Contas;-----

b) Pedido de ratificação da nomeação de juízes sociais, no âmbito dos tribunais de menores do Município de Pinhel;-----

c) Apreciar e deliberar sobre a Proposta de Definição das Taxas do IMI aplicar no ano de 2009, referentes ao ano de 2008; -----



d) Apreciar e Deliberar sobre a Proposta de Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança elaborada pela Comissão de Bem-Estar da Assembleia Municipal; -----

e) Designação dos 4 Presidentes de Junta de Freguesia a integrar o Conselho de Segurança, conforme proposta apresentada pela Comissão de Bem-Estar, no seu artigo 4º;-----

f) Designação de um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, no máximo de 20, conforme proposta apresentada pela Comissão de Bem-Estar, no seu artigo 4º.-----

4. Intervenção do Público. -----

O Senhor Presidente da Mesa antes de dar início à Ordem de Trabalhos deu as boas vindas ao novo membro da assembleia Municipal, solicitando-lhe que contribua para o desenvolvimento e funcionamento do órgão – Assembleia Municipal e para o desenvolvimento do Concelho de Pinhel.-----

Seguidamente, solicitou que sejam aditados 3 pontos à presente Ordem de Trabalhos, dado o seu carácter de urgência, passando a enumerá-los, de imediato:-----

1- Declaração de Interesse Municipal;-----

2- Águas do Zêzere e Côa – Elaboração dos Projectos das Ligações Técnicas do Subsistema de Saneamento de Pinhel – Declarações de Interesse Público;-----

3- Análise e Aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2008.-----

O senhor Presidente da Mesa colocou o aditamento à Ordem de Trabalhos, à votação.-----

Posto à votação, o mesmo foi aprovado, por unanimidade.-----



Seguidamente, disse que a correspondência chegada até ao momento prende-se com um ofício remetido pelo Partido Comunista e com o parecer da Carta Educativa Municipal, o qual se transcreve na íntegra:-----

“Em cumprimento do Protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Dezembro de 2004 e do Acordo relativo a cartas educativas e rede escolar do 1º Ciclo, celebrado entre as mesmas entidades, em Outubro de 2005, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, o Director-Geral do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e a Directora Regional de Educação do Centro emitem parecer favorável sobre a carta educativa do Concelho de Pinhel, nos seguintes termos:-----

1- A Carta Educativa respeita em geral a metodologia proposta para a sua elaboração;-----

2- As propostas de intervenção apresentadas incidem na educação pré-escolar, em todos os ciclos do ensino básico e no ensino secundário não revelando esforço de concentração do parque escolar. Assim, recomenda-se que seja feito um esforço de concentração do parque escolar, de modo a evitar-se a vinculação dos edifícios a um único nível de educação/ensino, tal como definido na Lei de Bases de Educação. É prioritária a integração das EB1`s com menos de 20 alunos.-----

3- O parque da educação pré-escolar e do ensino básico deverá ser constituído por estabelecimentos de tipologia EB1/JI ou EBI/JI.-----

4- Os centros escolares, sempre que possível, deverão ter no mínimo capacidade para 300 alunos. A dimensão destes estabelecimentos deverá ser objecto de fundamentação.-----

5- Deverão, assim, ser ajustadas em sede de monitorização as propostas de intervenção apresentadas.”-----

PONTO UM

1) Análise e votação da acta da Sessão do dia 26 de Junho de dois mil e oito

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes e Carlos Ribeiro.-----



Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra alertou para as falhas técnicas ocorridas durante algumas das suas intervenções, para que no futuro não voltem a verificar-se.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra elogiou o trabalho árduo da pessoa que minuta uma acta e acrescentou que de Assembleia para Assembleia esse trabalho vem sendo melhorado, o que denota a acta em aprovação e, de seguida procedeu às alterações, as quais se encontram plasmadas na acta aprovada.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto 2) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria. -----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Período antes da Ordem do Dia

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes, Artur Capelo Nunes, Gonçalo Cruz, José Manuel Pereira da Cruz, Pedro Ivo, Carlos Guimarães, Carlos Ribeiro, Rui Marques Ventura e Eduardo Magro dos Reis. -----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou ao executivo municipal onde se encontra e o que pretende a Câmara municipal fazer com o chafariz, em pedra, que existia no Largo dos Combatentes. -----

O Senhor Presidente disse que não sabe onde se encontra a pedra que servia de topo a servir de fontanário e que a pia do referido chafariz encontra-se nos estaleiros da Câmara Municipal de Pinhel.-----

Continuando, disse que a Rua do Jogo da Bola e da Senhora da Coluna foi muito bem recuperada e, de seguida, perguntou se a obra já foi entregue ou não, se já foi concluída, porque a iluminação ainda se mantém à antiga, encontrando-se escura e deficiente, apesar de já ter sido instalada a nova iluminação.-----



Seguidamente, referiu que no Vale do Passareiro, mais concretamente, do lado esquerdo não tem gradeamento e tem desníveis muito grandes, podendo colocar em perigo as pessoas que por ali passam, acrescentando que a Câmara Municipal deverá ter o cuidado de aí colocar barras protectoras e, deste modo, perguntou qual é o projecto que existe para resolução deste problema. -----

O Senhor Presidente referiu que a rua do Jogo da Bola está praticamente concluída e que estava prevista uma grade de segurança ao longo do arruamento, designadamente no local que o deputado municipal referiu e acrescentou que não concorda com tal solução, uma vez que, na sua opinião, deveria ser colocada uma grade em madeira.-----

Seguidamente, disse que a Câmara Municipal está a estudar a possibilidade de substituir essa grade por outro tipo de gradeamento, o qual poderá ser muito mais simples e ter outra solução ambiental, acrescentando que também se pensou em fazer-se um gradeamento, em forma de arbusto, solução esta que poderá demorar algum tempo a ser exequível, uma vez que os arbustos demoram algum tempo a crescer. -----

A terminar, disse que a Câmara Municipal tem a obrigação de colocar grades de protecção para que ninguém caia nesse local e, por isso, lembrou que a Autarquia está a estudar a resolução do problema e reiterou ainda que se deverá colocar uma grade em madeira e que poderão de igual modo colocar-se alguns arbustos.-----

Acrescentou que a Carta Educativa Municipal foi aprovada condicionalmente, o que mostra que há um esforço do Ministério da Educação em concentrar ainda mais as escolas e perguntou o que o executivo pensa relativamente a este assunto. -----

Perguntou como irá funcionar, em Pinhel, este centro escolar que o Ministério da Educação quer criar no concelho, ou seja, será que irá existir uma só escola? -----

Adiantou que o objectivo do Governo será encerrar todos os serviços e acabar com o interior e concentrar tudo nas médias e grandes cidades. -----

Disse que daqui a 10/15 anos e, tendo em conta os índices de evolução demográfica não irão existir mais de 300 alunos no 1º e 2º ciclo. -----

O Senhor Presidente explicou que o que o executivo Municipal pensa está plasmado na Carta Educativa e que a Câmara Municipal irá preservar todas as escolas existentes no concelho de Pinhel e foi de parecer que o que Ministério da educação



homologou a carta com algumas condicionantes, as quais irão contribuir para que o concelho se esvazie naturalmente.-----

Seguidamente, referiu que é preocupante que o próprio Ministério da Educação classifique escolas com menos de 20 alunos como salas de apoio à EB1 de Pinhel, ou seja, são escolas sem número para concurso. -----

Acrescentou que as EB1`s de Pinhel, Pínzio, Alverca da Beira, Freixedas, Souropires e Pala estão classificadas pelo Ministério da Educação como centros educativos e acrescentou que o próprio Ministério pretende a unificação do Agrupamento com a Escola Secundária de Pinhel e transformar o complexo escolar num único pólo.-----

Informou que a Câmara Municipal transmitiu a Senhora Directora Regional que esse não é o entendimento do Município de Pinhel e que referem ainda que se a autarquia quiser fazer candidaturas a algum pólo não o poderá fazer se não tiver 300 alunos no ensino básico.-----

Relativamente aos lotes pertencentes ao Senhor Mário Cavaleiro disse que ainda estão cheios de mato, o que coloca em perigo a saúde pública e aumenta o risco de incêndio, dado que o lixo aumenta de dia para dia. -----

Continuando, disse que a Câmara Municipal poderá actuar, obrigando os proprietários a limpar esses terrenos, dado que se encontram no centro da cidade. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que a câmara municipal poderá mandar proceder à limpeza dos lotes pertencentes ao Senhor Mário Cavaleiro e mais tarde imputar as responsabilidades financeiras aos proprietários, sabendo-se à partida que a câmara só irá ser ressarcida em termos financeiros, através dos tribunais e acrescentou que a autarquia irá diligenciar nesse sentido.-----

Seguidamente, referiu que as causas do encerramento do Centro de Dia e da Santa Casa da Misericórdia são conhecidas e, de imediato, perguntou que tipo de protocolo foi celebrado entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia e se não haveria uma cláusula de reversão desse edifício, se foi afecto ou não só para Centro de Dia e se, na eventualidade, de deixar de funcionar como centro continuaria na posse daquela instituição ou passaria automaticamente para a posse do município.-----



O Senhor Presidente disse que não sabe se existe algum protocolo entre a Fábrica da Igreja, a Paróquia e a Câmara Municipal, mas que irá verificar tal situação, acrescentando que também irá averiguar se o edifício foi cedido à paroquia para fazerem as obras do centro de dia e do ATL. -----

Acrescentou que os passeios pedestres organizados pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Pinhel têm sido um sucesso, onde existe muita participação dos residentes do concelho, uma vez que, na sua opinião, são passeios muito interessantes.--

Informou que tinha proposto à Câmara que identificasse passeios pedestres, sinalizando-os, limpando-os e divulgando-os através de panfletos como fazem muitas das autarquias pelo país fora, colocando rotas na Internet, tendo em vista o aumento de turistas e, assim sendo, ter-se-ia passeios demarcados, mais interessantes e com paisagens lindíssimas. -----

O Senhor Presidente acrescentou que poderão fazer-se os passeios pedestres sem estarem sinalizados, mas que é fundamental que exista um funcionário a tratar desta temática. -----

Disse que a empresa ROHDE encerrou há cerca de 3 anos, que muita coisa tem sido dita e que o município tem tentado contactos com investidores e que provavelmente a empresa dos aglomerados das madeiras não irá abrir, e deste modo, os postos de trabalho que foram anunciados não irão existir. -----

Seguidamente, disse que se o problema do abastecimento de água às populações do concelho foi resolvido, o problema do século XXI é sem duvida a falta de empregabilidade, uma vez que só havendo emprego é que existe a fixação de pessoas e há riqueza e salários e, assim sendo, surgem as pequenas e médias empresas, acrescentando que o grande desafio que o município tem para o futuro é a criação de postos de trabalho. -----

Disse que houve uma acentuada melhoria ao nível das redes viárias, acrescentando que essas melhorias não valem de nada se não existe ninguém que por lá passe e que não vale a pena existirem bons equipamentos públicos se não existem pessoas para os utilizar. -----

Por isso, reiterou que a solução passa pela criação de postos de trabalho no concelho de Pinhel, perguntando o que o município pensa fazer a longo prazo



relativamente a esta matéria e quais são as políticas macroeconómicas que o executivo municipal tem para fazer face aos casos futuros que pelas perspectivas actuais não se avizinham nada fáceis.-----

O Senhor Presidente disse que a criação dos postos de trabalho é uma situação que o preocupa e que o executivo municipal tem feito contactos com possíveis investidores/empresários e acrescentou que o que se anuncia com alguma certeza mais tarde chega-se à conclusão de que em termos práticos e de resolução estratégica no terreno não acontece. -----

Acrescentou que o problema prende-se como fazer, quais os contributos, quais as ideias para que, na verdade, se criem postos de trabalho, uma vez que é o mais importante e referiu que todos, em conjunto, devem pensar numa forma em como se deverão criar esses postos de trabalho, como incentivar os empresários a fazer o seu investimento no concelho, dado que o Concelho de Pinhel não tem grandes disponibilidades para receber grandes empreendimentos. -----

Adiantou que o executivo municipal, em assembleias municipais anteriores, apresentou propostas de ajuda para criação de alguns postos de trabalho relacionadas com uma parceria público-privada e deu conhecimento que tinha remetido um ofício ao Tribunal de Contas, o qual se pronunciou, dizendo que nada tinha a ver com tal assunto, e que, nesse seguimento, tinha remetido um ofício a DGAL e que a mesma o tinha enviado à CCDR do Centro para dar o competente parecer, ou seja, se a câmara pode ou não fazer uma parceria público-privada. -----

Acrescentou que a Câmara municipal pretende construir 10 a 12 pavilhões nos lotes 8 e 9 para depois os disponibilizar a quem quiser constituir a sua pequena industria e referiu que esta será uma das ajudas que a Autarquia pretende realizar, tendo em vista a criação de alguns postos de trabalho no Concelho de Pinhel. -----

Deu conhecimento que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pínzio em parceria com a câmara municipal tem feito esforços e tem mostrado total abertura às pessoas que demonstram interesse em investir junto ao nó de Pínzio, ajudando-as em termos administrativos, uma vez que a Assembleia já deliberou considerar interesse municipal toda aquela zona para que se possam construir alguns pavilhões, tendo em vista a criação de mais postos de trabalho.-----

Informou ainda que a Câmara Municipal irá continuar a lutar pela criação de postos de trabalho e pela criação de algumas micro empresas no Concelho, uma vez que



a Câmara tem uma iniciativa que está a ser levada a cabo por uma estagiária, no âmbito do PEPAL mais alguns dos senhores Vereadores relacionada com a certificação dos produtos regionais quer na confecção de bolos e doces quer na confecção do pequeno artesanato para que possam ser comercializados, tendo numa primeira fase de ser legalizados, com o objectivo de se alcançarem alguns resultados relativamente a esta matéria. -----

Deu conhecimento que a câmara municipal irá procurar dinamizar a Zona Histórica de Pinhel e recuperar alguns dos seus edifícios, através da elaboração de alguns protocolos a celebrar com os proprietários das lojas abandonadas ou através de arrendamento, para que a autarquia possa fazer pequenas intervenções, dado que o dinheiro que existe é escasso e acrescentou que o município irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que se consigam abrir essas pequenas lojas, com o objectivo de se instalarem algumas “botiques” de artesanato, de doçaria e gastronomia.-----

A terminar, disse que a comissão de trabalho existe e que está a trabalhar nesse sentido para que se criem 10 postos de trabalho e que a autarquia está disponível para aceitar sugestões relativamente a esta matéria.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Gouveias, Sr.º Artur capelo Nunes:- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

Seguidamente, centrou a sua intervenção em três pontos, que a seguir se indicam:-----

1º ecopontos:- Disse que teve conhecimento que alguém iria negociar com a Câmara Municipal a colocação de ecopontos nas freguesias e, de seguida, deu como exemplo a sua freguesia, onde as pessoas deitam o lixo no chão e, neste seguimento perguntou em que fase se encontra essa situação. -----

O Senhor Presidente disse que a resolução do problema não passa pela câmara municipal e que tinha sido marcada uma reunião com a empresa dos resíduos, a qual é uma empresa das águas do Zêzere e Côa e que nada tem a ver com as águas e saneamento, uma vez que é uma empresa completamente distinta, da qual a câmara municipal de Pinhel faz parte.-----

Deu conhecimento que tinha sido realizada um reunião e que tinha ficado um técnico dos resíduos com a responsabilidade de contactar os senhores Presidentes de Junta para resolver o problema dos ecopontos, acrescentando que irá diligenciar no



sentido de voltar a falar com o senhor Eng. Filipe gravata, que é o presidente da empresa dos resíduos, o qual se reuniu com todos os presidentes de junta para saber o que se estava a passar relativamente a esta matéria e quais os circuitos possíveis de transporte dos ecopontos para que os mesmos fossem reforçados quer na cidade quer nas freguesias. -----

A terminar, disse que irá diligenciar no sentido de procurar saber a razão pela qual ainda não foram colocados os ecopontos nas freguesias e o que se está a passar relativamente a este assunto. -----

2º colectores de saneamento:- Informou que na sua freguesia um residente caiu recentemente dentro de 1 colector de saneamento e que tinha apresentado queixa na GNR, acrescentando que é necessário e urgente que se rematem os paralelos que se estão a desmoronar com o trânsito de pessoas e de animais. -----

3º Águas do Zêzere e Côa:- Disse que é urgente colocar grelhas em 4 pontos da freguesia de Gouveias, dado que existem muitos buracos e solicitou que a construção da ETAR de Gouveias/Pomares seja uma realidade. -----

O Senhor Presidente informou que a câmara municipal tem feito alguns esforços nesse sentido e que já tinha tido uma reunião com o subempregueiro para ver se consegue resolver os problemas colocados. -----

A terminar, referiu que irá ser colocada uma grelha que falta e que irá ser colocado um rebaixamento na rua, dada a sua inclinação.-----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

Seguidamente, disse que na penúltima assembleia municipal tinha sido aprovada uma moção apresentada pela CDU relacionada com a colecção do senhor António Piné, onde se propunha que deveria ser criada uma comissão, tendo em vista o analisar e o averiguar dos contactos que foram efectuados, o que falhou, o que se fez e o que não se fez relativamente à tão falada doação da colecção de arte.-----

Continuando, perguntou se a comissão foi formada e se a mesma chegou a alguma conclusão. -----

Disse que tinha sido divulgado na Comunicação Social que a câmara municipal tinha afirmado que irá proceder no ano de 2009 à construção do complexo coberto das



piscinas municipais, junto ao pavilhão multiusos e acrescentou que apesar de as câmaras municipais darem a entender que são estruturas completamente separadas do Estado, estas integram a sua estrutura administrativa e deste modo, disse que a câmara municipal de Pinhel tem condições financeiras estáveis para assumir sozinha a construção do referido complexo e que foi isto que foi afirmado na Comunicação Social.-----

Referiu que se reúne as condições financeiras para assumir sozinha tal construção é graças ao contributo dos contribuintes. -----

De seguida, perguntou por que razão a câmara municipal não avança com a construção das piscinas municipais em 2010/2011 e não aproveita as candidaturas a fundos europeus, tendo em vista obter algumas das participações necessárias para a construção de tal complexo, em vez de assumir sozinha tal encargo financeiro.-----

O Senhor Presidente disse que não poderá responder perante essas afirmações, uma vez que nunca as fez.-----

O Senhor Vereador Rui Ventura relativamente as piscinas agradeceu a questão formulada pelo Senhor Deputado Municipal para que de uma vez por todas se desmistifique o que o Partido Socialista diz lá fora, mas que depois não diz perante a assembleia municipal e acrescentou que o que tinha dito relativamente às piscinas municipais está registado numa gravação que tem em sua posse, porque faz questão de gravar todas as suas entrevistas.-----

Continuando disse que não era a construção mas que tinha sido aberto um concurso para apresentação de um projecto para construção das piscinas municipais e acrescentou que quem ganhasse o concurso, uma vez que foram 4 empresas que concorreram, tinha o prazo de 90 dias para apresentar o projecto, para que depois o mesmo pudesse ser lançado a concurso.-----

Seguidamente, disse que até agora não houve oportunidade de apresentar uma candidatura ao QREN e, assim sendo é a vontade do executivo avançar com esta obra em 2009, acrescentando que o deputado não pode dizer uma coisa que não disse.-----

Continuando, referiu que o que disse foi que a construção das piscinas municipais é uma prioridade para o município, dado que é uma obra fundamental para o desenvolvimento do concelho de Pinhel, intervenção esta proferida pelo Vereador do Partido Socialista e qual faz parte de uma acta do executivo Municipal.-----



Informou que tinha dito que mesmo não tendo fundos comunitários é importante que a câmara municipal avance com esta obra e informou que existe um programa de valorização económica de recursos endógenos, ou seja, a câmara municipal de Pinhel pode apresentar uma candidatura, uma vez que é a única cidade que não tem tal equipamento e como é a única que pode apresentar uma candidatura ao PROVER. -----

A terminar, disse que é um esforço financeiro muito grande mas que a câmara municipal irá apresentar uma candidatura a este programa embora exista a vontade em avançar com ela o mais rapidamente possível.-----

O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Cruz a terminar, acrescentou que os trilhos pedestres terão de ser homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e que ele mesmo tinha colocado muitas questões relacionadas com os referidos trilhos, nas assembleias municipais anteriores e que lhe tinha sido dito pelo executivo municipal que a câmara estava a tratar do assunto.-----

Deputado Municipal José Manuel Pereira da Cruz (PSD): Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, centrou a sua intervenção em 6 pontos, que a seguir se indicam:--
1º empresa municipal – qual é a constituição do seu quadro de pessoal.-----

O Senhor Vereador Rui Ventura solicitou que fossem extraídas cópias do quadro de pessoal da Empresa Municipal, tendo as mesmas sido distribuídas aos Senhores Deputados Municipais.-----

2º estrada nacional 221 – variante da malta – perguntou o que se passa e em que fase se encontram as negociações.-----

O Senhor Presidente disse que a empresa que ganhou o concurso de construção da passagem da malta tinha de apresentar no prazo de 30 ou 60 dias, um projecto de execução da própria passagem e acrescentou que o mesmo tinha sido apresentado e que tinha sido remetido para a instituição responsável pela aprovação deste tipo de projectos, com o objectivo de ser novamente analisado e dado o aval favorável à construção da referida passagem.-----

Deu conhecimento que tinha sido remetido novamente à direcção de estradas da guarda e que o parecer referia que ainda faltavam 2 desenhos de pormenor da referida



passagem e acrescentou que tinha sido garantido pela directora de estradas que se não houver mais pormenores a execução da passagem terá início durante o mês de Outubro.-

A terminar, disse que pensa que o processo está a ser analisado para que não hajam mais problemas.-----

3º centro de saúde – perguntou para quando a sua conclusão, uma vez que as explicações que são dadas prendem-se com problemas ao nível do AVAC e das tubagens.-----

O Senhor Presidente disse que a administração de saúde do Centro tem em sua posse a possibilidade administrativa de resolver o problema e que tinha sido solicitado aos subempreiteiros que trabalhavam para o empreiteiro que acelerassem o processo para que o centro de saúde pudesse ser aberto o mais rapidamente possível e acrescentou que existem algumas situações que não irão ser concluídas, mas que o essencial deveria ser finalizado no mais curto espaço de tempo.-----

Deu conhecimento que tinha sido comunicado pela subregião de saúde que a obra estaria concluída em 15 de Setembro e acrescentou que tinha transmitido que provavelmente isso não iria acontecer, uma vez que tem estado frequentemente na obra e tem constatado que os empreiteiros responsáveis pelo aquecimento, pelas redes de água, pelo avac, pelas madeiras e pelo chão nunca aparecem e que a câmara municipal teve de proceder à realização de algumas obras de trolha.-----

Deu conhecimento que irá existir um problema se a subregião de saúde insistir em abrir o centro de Saúde sem que o elevador de acesso ao rés do chão esteja em funcionamento, uma vez que as salas de consulta ficam no 1º andar, designadamente a sala de raio x (equipamento que a câmara municipal adquiriu) e, assim sendo, é muito complicado os doentes serem transportados para o 1º andar sem a ajuda do elevador. ----

Informou que a câmara municipal está também a tentar resolver o problema da sua envolvente, procedendo ao seu ajardinamento e à limpeza e acrescentou que a autarquia irá procurar saber junto da subregião de saúde se é necessário ter autorização para proceder ao seu embelezamento. -----

Continuando, disse que ainda faltam os remates de cobertura e que em termos de construção está demorada, mas que as entidades responsáveis tudo estão a fazer para que a obra se conclua o mais rapidamente possível. -----



4º futura câmara municipal – perguntou em que fase se encontra a nova sede do município e em que fase se encontra a requalificação do largo que a envolve.-----

O Senhor presidente relativamente à construção da nova sede do município disse que a minuta do contrato já foi aprovada pelo executivo municipal e que já tinha sido enviada ao empreiteiro adjudicatário para saber se concorda com ela, para que se possa celebrar e escritura com a respectiva firma.-----

Quanto à requalificação da praça Sacadura Cabral e de mais algumas ruas adjacentes a esta praça, designadamente a praça 5 de Outubro disse que já foi elaborado um projecto, o qual já foi colocado 2 vezes a discussão pública, e acrescentou que existem pessoas que concordam e outras que discordam com a construção do parque de estacionamento. -----

A terminar, disse que a câmara municipal gostaria de trazer à assembleia municipal este assunto para que esta se pronunciasse sobre o mesmo, uma vez que se está a falar do coração e do centro da cidade e acrescentou que importa ouvir todas as opiniões para que a câmara municipal tenha uma deliberação consensual. -----

5º piscinas municipais – disse que não vê nenhum problema no facto de as piscinas municipais serem construídas no ano 2009 e que se deverão deixar de lado insinuações deste tipo, uma vez que as mesmas não contribuem para o desenvolvimento do concelho de Pinhel.-----

O Senhor Presidente relativamente às piscinas disse que espera que a câmara municipal possa apresentar uma candidatura ao QREN, dado que é um equipamento urgente e necessário ao desenvolvimento do concelho de Pinhel. -----

6º ensino – disse que perante o número de funcionários e perante os gastos que existem de manutenção dos edifícios não irá ser fácil ao município de Pinhel gerir tudo isso e acrescentou que o governo central está a tentar lançar este tipo de transferências para as câmaras municipais.-----

A terminar, acrescentou que poucas câmaras municipais assinaram o protocolo e que a responsabilidade é do governo central e, por isso mesmo terá de assumir essas responsabilidades, uma vez que são muito mais importantes do que baixar o défice.-----

O Senhor Presidente disse que a posição da câmara municipal é a de que não irá aceitar esta transferência enquanto os pontos e as dúvidas formuladas pela associação



nacional de municípios portugueses não forem esclarecidas por parte do ministério da educação e acrescentou que a posição do presidente da câmara municipal é uma posição mais radical do que a do executivo, uma vez que não concorda com o que a referida Associação lançou para o ar, dizendo ao Governo que aceitaria a transferência de competências.-----

Disse que não concorda com a transferência de competências por variadíssimas razões, nomeadamente porque existem situações e serviços que não dizem respeito aos municípios tais como a educação, a saúde e a justiça.-----

Continuando, disse que a transferência do parque escolar do ensino básico lá atrás no tempo, fez com que muitos dos municípios os colocassem em hasta publica e os vendessem enquanto outros Municípios os vão recuperando aos poucos, de acordo com as disponibilidades financeiras e depois acabam por cedê-los as associações para que estas os utilizem e os rentabilizem.-----

Seguidamente, referiu que todos sabem o que vai acontecer quando estes edifícios forem transferidos para os municípios e acrescentou que perante o facto de não serem utilizados muitos irão acabar por degradar-se, acabarão por ruir e acabarão por ser vandalizados. -----

Disse que esta transferência de competências poderá eventualmente acontecer quando forem clarificadas as 30 perguntas formuladas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e afirmou que enquanto algumas situações não forem esclarecidas, a câmara municipal de Pinhel não irá aceitar esta transferência sem as respectivas participações financeiras, uma vez que nunca se sabe quais são. -----

Acrescentou que o ministério da educação transfere anualmente cerca de 20.000 mil euros para despesas de manutenção de água, electricidade e gás da escola preparatória quando esta gasta 26.000 mil euros para fazer face às referidas despesas. ---

Adiantou que para além destas despesas existem as despesas com as subidas dos combustíveis que não estão previstas, as despesas com a reabilitação do equipamento e dos edifícios, e as despesas com o pessoal, onde não se sabe quem vai pagar as despesas médicas e quem paga o subsidio de alimentação e acrescentou que não concorda com a transferência enquanto os pontos formulados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses não forem clarificados. -----



Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, disse que toda a gente sabe que a obra da execução da passagem superior da localidade da malta não é uma obra que está sob a responsabilidade da câmara municipal, mas sim do governo central e acrescentou que o centro de saúde de Pinhel é outra obra que foi lançada pelo PSD e que agora deverão juntar-se forças para que tanto a conclusão de uma como de outra seja uma realidade. -----

Adiantou que o executivo municipal deverá explicar melhor aos deputados municipais a polémica existente em torno do ordenamento escolar e em torno da transferência de competências.-----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS): Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Continuando, disse que no dia da cidade foi entregue ao município de Pinhel uma bandeira em prata da mobilidade e, de seguida, perguntou, quem a entregou, se foi alguma entidade reguladora ou alguma associação, quais foram os requisitos que o município de Pinhel atingiu para receber tal bandeira.-----

De seguida, disse que em termos de mobilidade há muito que fazer e enumerou algumas das infra-estruturas, designadamente as instalações onde se encontra a câmara municipal de Pinhel, a rua da república, a qual não tem passeios, a biblioteca municipal, a estrada nova que dá acesso ao bairro da damada e, de imediato perguntou como é possível atribuir uma bandeira de prata ao município de Pinhel perante o que acabou de enunciar.-----

O Senhor Presidente disse que é um instituto de mobilidade quem faz essa avaliação e que a mesma foi feita na parte da cidade a que a Câmara Municipal, se candidatou, ou seja, a avenida carneiro de Gusmão, antes de terem sido feitas as obras e acrescentou que depois de terem sido executadas as obras deslocou-se a comissão da mobilidade à cidade de Pinhel para fazer a vistoria à obra. -----

Referiu que essa comissão fez alguns reparos, mas que tinha deliberado atribuir ao município de Pinhel a bandeira de prata perante aquilo a que se tinha candidatado. ---

Disse que o ministério da educação também poderá errar perante em algumas decisões e, por isso perguntou se ele como deputado municipal dissesse que a câmara



municipal e a assembleia eram uma bandalheira, o que será que achava sobre a sua pessoa, será que achava correcto.-----

O Senhor Vereador Rui Ventura disse que não ofendeu o ministério da educação e que até foi simpático por tudo aquilo que o senhor presidente da câmara já referiu na sua intervenção e por tudo aquilo que tem em seu poder, ou seja, documentos que mostram a desorganização que vai no ministério da educação e acrescentou que é dever do partido socialista defender o ministério da educação. -----

Continuando, referiu que não percebe o motivo que levou o líder do Partido Socialista de Pinhel quando veio responder às intervenções proferidas pelo vereador não ter dito se concordava ou não com a nova proposta de ordenamento escolar, porque os pinhelenses precisam de escutar o que o PS pensa, porque dizem tudo e depois não dizem nada. -----

Disse que só colocam em causa aquilo que o PSD diz e depois não apresentam soluções para os problemas e acrescentou que relativamente a esta problemática tem um documento que prova o que está a dizer. -----

Relativamente à empresa municipal disse que o PS ofende todos os dias aquela instituição e que ofende até a própria câmara municipal e acrescentou que está disponível para dar uma cópia do quadro de pessoal da empresa municipal, uma vez que não há segredos e porque são alvo de criticas diariamente, o que faz com que não estejam atentos às iniciativas que a própria empresa faz em prol do desenvolvimento do Concelho de Pinhel.-----

Acrescentou que a empresa tem 9 funcionários sem termo, tem 5 funcionários a termo certo e estão em funcionamento 9 poc's e acrescentou que depois criticam a câmara municipal quanto à falta de emprego quando na verdade o que a câmara faz é empregar as pessoas que residem no concelho de Pinhel. -----

Disse ainda que o maestro tem o contrato sem termo, que existe um designer e que a empresa contratou três professores de educação física, os quais dão aulas nas escolas primárias.-----

O Deputado Municipal Carlos Guimarães perguntou se dissesse que a empresa municipal era uma bandalheira o que pensavam sobre a sua pessoa. -----

O Deputado Municipal Gonçalo cruz disse que não se considera um político, mas sim um cidadão que participa na assembleia municipal, ou seja não é um político



profissional e acrescentou que em relação às informações que o senhor vereador proferiu não destacou só aquilo que interessava. -----

Acrescentou que não tinha escutado na rádio, mas tinha lido no site da rádio elmo o que ele tinha dito e que houve alguém que destacou essa notícia no site da rádio.-----

Continuando, disse que a questão levantada pelo partido socialista relativamente ao quadro de pessoal da empresa municipal foi a falta de mão de obra qualificada dentro do quadro dessa mesma empresa e acrescentou que nunca colocaram em causa a transparência dos contratos que se fazem na referida Empresa e que o PS mantém essa crítica. -----

A terminar, disse que a democracia inclui críticas e perante isso não se poderá reagir agressivamente. -----

O Senhor Vereador Rui Ventura disse que a empresa municipal tem a preocupação de contratar pessoas qualificadas para colocar nos postos de turismo e que não existem pessoas a mais a trabalhar na empresa municipal e acrescentou que se não é um político, uma vez que faz parte de uma comissão política então sinceramente não sabe o que é um político. -----

De seguida, disse que os deputados têm de saber como o ministério da educação trata as instituições do concelho de Pinhel, acrescentando que a Carta educativa previa dois agrupamentos e que os Presidentes dos Conselhos executivos tinham sido chamados pela DREC, tendo lhes sido dito que deveriam cumprir a carta educativa como estava, ou seja, a mesma referia – unificação – um só agrupamento.-----

A terminar, perguntou se acham que isto é correcto e ético por parte do Ministério da Educação.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS): Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

Continuando, voltou a alertar para as deficientes condições de trabalho, reiterando que existem outras infra-estruturas com melhores condições para que possam receber este órgão. -----

De seguida, disse que quando foi executado o projecto do pavilhão multiusos será que não foi colocado um espaço destinado a receber colóquios e até mesmo a assembleia municipal de Pinhel. -----



O Senhor Presidente disse que existem outros espaços que poderão ser disponibilizados para realização das assembleias municipais, mas que é uma decisão que terá de ser tomada pelo senhor presidente da assembleia municipal. -----

Seguidamente, leu um requerimento relacionado com a realização da Feira das Freixedas e com a Irmandade dessa mesma Freguesia.-----

Solicitou que face as questões colocadas o senhor presidente da câmara e o senhor presidente da junta se pronunciem relativamente a este assunto. -----

O Senhor Presidente disse que irá responder por escrito às perguntas formuladas pelo partido socialista relativamente ao problema ultimamente levantado na organização da feira das Freixedas e informou que já existe uma reunião marcada com a irmandade, com a junta e com a assembleia de freguesia para se saber o que se passa relativamente a esta matéria.-----

Continuando, disse que é uma reivindicação apresentada pelo padre Marco Paulo e por mais algumas pessoas e perante isto o que a câmara municipal questionou foi a intervenção, ou seja, o que tinha sido feito, como tinha sido feita a intervenção, uma vez que a informação que tinha do técnico de museu foi a de que a intervenção poderia não estar a ser feita correctamente e acrescentou que perante isto o técnico está em condições de saber se a intervenção que está ou não bem feita. -----

Disse que a razão pela qual a câmara municipal decidiu não atribuir o subsidio sem que o técnico se deslocasse ao local e informasse se a intervenção estava ou não a ser bem feita e acrescentou que até ao momento a câmara municipal ainda não foi informada que a intervenção ia ser feita. -----

De seguida, agradeceu as palavras proferidas pelo deputado municipal Pedro Ivo sobre a sua pessoa e sobre o centro de saúde de Pinhel e requereu ao senhor presidente da mesa que delegasse a resposta ao deputado Pedro Ivo sobre o centro de saúde no deputado Gonçalo cruz. -----

Deputado Municipal Rui Marques Ventura (PSD): Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

De seguida, alertou para o problema que existe na praça Sacadura Cabral e que se prende com o lixo que os pássaros fazem, sendo necessário que aquele espaço seja



todos os dias limpo pelos bombeiros ou pelos serviços municipais da câmara, uma vez que o cheiro é intenso e dado trata-se do coração da cidade. -----

O Senhor Presidente disse que o mesmo se passa na avenida carneiro de Gusmão e acrescentou que tal problema mostra que a cidade de Pinhel é uma cidade, onde não existe poluição e que já entrou em contacto com várias empresas, com o objectivo de ajudarem a câmara municipal a retirar os pássaros daquelas árvores. -----

A terminar, disse que a iluminação de Natal resolveu em parte esse problema, mas que o problema que se coloca prende-se com os gastos de energia ao longo do ano e acrescentou que tem conhecimento que existe um aparelho que faz barulho, o qual poderá ser adquirido pela câmara municipal, com o objectivo de afugentar os pássaros das árvores. -----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS): Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

De seguida, disse que os deputados municipais do PSD olham para os deputados municipais do PS como se eles fossem ministros e acrescentou que é o PSD que tem o poder no concelho, poder este conferido pelas pessoas.-----

Acrescentou que o problema do centro de saúde de Pinhel e da estrada nacional 221 e 226 é tanto da responsabilidade do governo como da câmara municipal de Pinhel, porque nunca uma entidade faz um projecto sem consultar a câmara municipal e que a câmara municipal tem a responsabilidade na fase desse mesmo projecto. -----

Relativamente à variante da malta disse que a câmara municipal autojustifica-se com o mau funcionamento da administração central e foi de parecer que a câmara municipal tem de negociar com o governo a resolução de determinadas situações, uma vez que os deputados do PS são apenas militantes de base que vão responder a questões que são também da responsabilidade quer da câmara e quer dos deputados municipais do PSD. -----

O Senhor Presidente disse que relativamente à estrada 226 disse que é do tempo do PS, que a culpa é de todos e acrescentou que quando os projectos são feitos pela câmara municipal ou quando são as entidades a dizerem que os projectos são pagos por ambas as partes só aí é que as câmaras são ouvidas relativamente aos traçados. -----

Acrescentou que quando é a direcção de estradas ou entidades de Lisboa a colocarem a obra a concurso a câmara municipal nem sequer é ouvida e informou que a



câmara municipal apenas solicitou ao senhor director de estradas da guarda que quando fosse feito o programa e o caderno de encargos para se colocar a obra a concurso o mesmo deveria consultar a câmara municipal para que esta tivesse uma opinião sobre o possível traçado. -----

Seguidamente, disse que o projecto veio para inquérito publico, que existem editais espalhados por todas as freguesias e acrescentou que a direcção de estradas manda para a câmara municipal os editais e esta manda-os também para as freguesias. --

A terminar, deu conhecimento que a câmara municipal só sabe do projecto na parte final do mesmo e lembrou que é uma obra do tempo do Capitão Cavaleiro e que já foi uma passagem que conseguiu negociar com a população da malta e que tinha feito várias propostas, as quais não foram aceites. -----

A terminar, disse que se tinha deslocado a Pinhel o secretário de estado da saúde que tinha vindo como militante socialista a um convívio, onde os deputados do PS escutaram os esclarecimentos prestados sobre o centro de saúde, estando os mesmos disponíveis no site do Partido Socialista. -----

Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS): Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

Continuando, disse que é motivo de orgulho que em Pinhel se tenha constituído um grupo com toda a oposição e que em todo o trabalho desenvolvido por todas as forças politicas nunca virão ressarcida a sua opinião e a liberdade de expressão e acrescentou que perante as divergências de opinião que existem nas suas intervenções mostram o bom relacionamento do grupo pluripartidário e, deste modo, não aceita e repudia por completo a insinuação feita pelo deputado municipal Pedro Ivo. -----

O Senhor Presidente da Mesa disse que a comissão escolhida para tratar do assunto da colecção do senhor António Piné foi a comissão da cultura e que o senhor deputado municipal Alfredo torres entrou em contacto com o Senhor Piné mas que ainda não chegou à mesa o relatório final. -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS



- a) *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira*

O Senhor Presidente procedeu à leitura da sua informação escrita.-----

Relativamente à situação financeira, o Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal tem uma dívida de 656.186,30 às Águas do Zêzere e Côa, que tem uma dívida contabilizada em 1.116.678,57 e que tem um saldo de tesouraria de 925.990,69.--

Acrescentou que enquanto as taxas não estiverem devidamente aprovadas pela Assembleia Municipal, logicamente que a Autarquia está a perder muito dinheiro e que houve Câmaras Municipais que resolveram o problema de outra forma, ou seja, através do aluguer dos contadores e acrescentou que o Município de Pinhel optou por subir o metro cúbico da água, mas que o Regulamento ainda está a ser analisado pela Comissão de Economia.-----

Disse que a receita que o Município tem não chega para pagar os custos que a Câmara Municipal paga à Empresa águas do Zêzere e Côa e acrescentou que a despesa a longo prazo tem vindo a diminuir.-----

A terminar, deu conhecimento da conclusão do parecer fiscal único sobre a informação financeira semestral.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes e Paulo Álvaro.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU) disse que a dívida que a câmara tem para com a empresa águas do Zêzere e côa aumenta de dia para dia, onde ainda não estão contabilizados os juros, a qual poderá vir a hipotecar nos próximos 20 a 30 anos o futuro investimento do concelho de Pinhel e acrescentou que é necessário pensar numa solução para que esta dívida. -----

Continuando, disse que a solução passa por uma estratégia que a câmara municipal de paris levou a efeito, ou seja, rompeu com os privados e voltou a ter água municipalizada e referiu que a referida câmara anunciou o regresso do domínio publico da gestão integral do sistema de águas e saneamento que serve a cidade de paris até 2009, pondo termo aos contratos de concessão com 2 privados. -----



A terminar, disse que é muito mais barato voltar ao sistema de abastecimento público, uma vez que a água é um bem público e deve ser gerida por entidades públicas e não por privados e acrescentou que a câmara municipal tem de tomar uma atitude perante esta dívida. -----

O Senhor Presidente disse que o investimento da empresa águas do Zêzere e côa de há 8 anos atrás é de 8 milhões, que se prevêem fazer mais 3 milhões com as ligações que hoje vêm para declaração de interesse municipal, bem como se prevê ainda fazer-se um estudo de concessão em termos de viabilidade da baixa. -----

Acrescentou que o problema prende-se com o facto de o município de Pinhel não ter capacidade para pedir um empréstimo de 16.000.000,00 e, por isso a questão que se coloca é como se irá resolver este problema e acrescentou que a Associação Nacional de Municípios Portugêses está a lutar para que isto não aconteça. -----

Continuando, disse que a câmara municipal que está a liderar este processo é a câmara municipal do fundão, uma vez que todo este processo foi idealizado para que a câmara municipal da Covilhã entrasse e informou que a referida câmara nunca conseguiu entrar em tal processo.-----

Seguidamente, disse que era a única solução para resolver os problemas em termos de distribuição de água e que muitos dos saneamentos e abastecimentos são expensas da câmara municipal, uma vez que o contrato de concessão contemplou as maiores freguesias e deixou as mais pequenas e, de imediato perguntou como a câmara municipal irá resolver o problema, uma vez que não tem capacidade financeira para o efeito.-----

Acrescentou que é necessário minorar toda esta situação com alguma cautela e bom senso e entregar tudo à empresa águas do Zêzere e côa ou a empresa águas de Portugal ou ao ministério do Ambiente e acrescentou que espera que as taxas não subam para além do que a câmara pretende que subam para que não haja prejuízo. -----

Disse que numa das reuniões da assembleia geral da empresa águas do zêzere e do côa, o presidente da empresa águas de Portugal disse que se irá fazer o estudo da baixa, perspectivando-se que seja só o distrito da guarda.-----

Adiantou que tinha dito ao presidente daquela empresa que não concordava com a solução, uma vez que as pessoas do concelho de Pinhel iriam pagar a água 10 vezes mais cara do que se paga em Lisboa e referiu que os municípios mais pequenos não têm culpa de ter um povoamento disperso, de as Câmaras Municipais terem de fazer



kilómetros de conduta para uma quinta ou para uma pessoa que tem direito a vida como todas as outras que vivem em aglomerados e onde a rentabilização do serviço é muito maior.-----

Deu conhecimento que tinha sido apresentada uma proposta da região centro embora não tenha concordado com ela, uma vez que na sua opinião os critérios terão de ser aplicados a nível nacional, visto que dava para verificar o espírito de entre ajuda, onde há mais e menos pessoas e acrescentou que se o escalão de água e o metro cúbico se paga a 1 € as gentes de Lisboa também o deveriam pagar a 1 €.-----

Disse que a resolução do problema passa por este critério e acrescentou que se o plano director de água tiver de ser seguido ao pormenor, contemplando as inflações começa a ser impensável que se adira a esta solução.-----

A terminar, deu ainda conhecimento que a resolução do problema passa pela adesão ao sistema em baixa, onde terá de se acautelar o preço por metro cúbico da água, uma vez que temos cerca de 8 milhões de investimento que foram feitos e mais 4 milhões com as ligações técnicas que foram solicitadas e acrescentou que foram feitas estações de tratamento sem recolher os esgotos das aldeias, situações que não estavam contempladas.-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD): Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, disse que a sua intervenção prende-se com a requalificação da praça Sacadura Cabral e com o jardim 5 de Outubro, uma vez que já foram feitas 2 discussões publicas, no âmbito da actividade do município e acrescentou que depois da última assembleia municipal, onde os cidadãos de Pinhel expuseram as suas opiniões sobre essa requalificação e, de imediato, perguntou se depois dessas opiniões expostas pela população se prevê a construção do parque de estacionamento subterrâneo nessa mesma praça.-----

Disse que não irá ser construído o parque de estacionamento naquele local e que poderão existir outras soluções técnicas que já foram apresentadas, nomeadamente no largo 5 de Outubro, porque existe o problema das escavações arqueológicas naquele local, dado que passam túneis em termos de abastecimento de água.-----

Deu ainda conhecimento que se tinha colocado a hipótese de a câmara municipal construir o parque nos terrenos que a Autarquia comprou à santa casa da misericórdia,



fazendo depois a abertura pela casa do Dr. Seixas para a rua da república e acrescentou que irá ser feito um estudo para que se analise e tente resolver o problema com a equipa projectista, uma vez que o arquitecto João campos não concorda com a colocação do parque de estacionamento naquele local.-----

Pedido de ratificação da nomeação de juízes sociais no âmbito dos tribunais de menores do Município de Pinhel

O Senhor Presidente da Mesa explicou que este assunto foi remetido para a Comissão de Bem-estar, para que a referida Comissão procedesse à exclusão de duas Associações e acrescentou que tinham sido excluídas as Associações Culturais e Recreativas da Quinta Nova e de Vascoveiro, por não terem actividade e por não contemplarem a parte social.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea b) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Apreciar e deliberar sobre a proposta de Definição das Taxas do IMI a aplicar no ano de 2009, referentes ao ano de 2008

O Senhor Presidente da Mesa leu a cópia parcial da acta realizada no passado dia 2 de Junho do corrente ano, a qual se transcreve na íntegra:-----

“Fixação das taxas do IMI para 2009:- O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento do teor da informação prestada pela Técnica Superior de 1ª classe de Economia e Gestão, Dr.ª Maria Manuela Barata Cardoso Robalo Martins, no passado dia 9 de Setembro, relativa ao assunto em epígrafe, documento n.º 3 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta, por fotocópia.-----

Face ao exposto, o executivo Municipal nos termos do disposto do n.º 4 do artigo 112º do CIMI deliberou, por unanimidade e em minuta, propor à Assembleia Municipal o seguinte: -----



1. Fixar as seguintes taxas de imposto Municipal sobre imóveis:-----

a) Prédios urbanos – 0,6%;-----

b) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,3%.-----

2. Elevar para o dobro no caso dos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, considerando-se prédios devolutos os definidos em diploma próprio. Para prédios que sejam propriedade de entidades que tenham domicílio fiscal em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, constantes da lista aprovada por portaria do ministro das Finanças, a taxa do imposto é de 1%, sendo elevada a 2% no caso de prédios devolutos.-----

3- Nos termos do número 6 do artigo 112º do CIMI, propor por terem sido objecto de reabilitação urbana ou combate à desertificação, as seguintes minorações:-----

✓ Centro Histórico de Pinhel conforme delimitado no PDM – 15%;-----

✓ Freguesia de Cidadelhe (Núcleo antigo) – 15%.-----

4 – Nos termos do número 7 do artigo 112º do CIMI, propor que nos prédios arrendados, a acumular com a minoração referida no número anterior, atendendo ao povoamento e rede urbana do concelho de Pinhel, as seguintes reduções:-----

✓ Centro Histórico de Pinhel conforme delimitado no PDM – 15%;-----

✓ Freguesia de Cidadelhe (Núcleo antigo) – 15%.-----

5 - Nos termos do número 8 do artigo 112º do CIMI, propor que nos prédios degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, atendendo-se às características do edificado do concelho de Pinhel, as seguintes majorações:-----

Edifício em ruína total – 30%;-----

Edifício abandonado não cumprindo as suas funções – 30%.-----

6 - Nos termos do número 9 do artigo 112º do CIMI, propor que se majore até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a 20 euros por cada prédio abrangido, considerando prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:-----



- a) Não estarem incluídos e zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 127/2005, de 5 de Agosto;-----
- b) A sua aprovação não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável;-----
- c) Não terem sido neles praticadas operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes.-----

7 - Nos termos do número 12 do artigo 112º do CIMI, propor que se fixe uma redução de 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor Municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do nº 1 do art.º 40º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

Abertas as inscrições, não se inscreveu nenhum deputado Municipal para analisar e discutir este assunto.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea c) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Apreciar e deliberar sobre a Proposta de Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança elaborada pela Comissão de Bem-Estar da Assembleia Municipal

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura do artigo 4º do regulamento elaborado pela Comissão de Bem-Estar, o qual contempla a constituição do Conselho Municipal de Segurança.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados Municipais João Marujo, Carlos Guimarães e Ricardo Avelãs Nunes.-----



Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, disse que o grupo parlamentar do PSD vai apresentar à Mesa duas propostas, para que no Regulamento provisório do Conselho Municipal artigo 4º seja incluída uma nova alínea no ponto 1, prevendo a integração dos Antigos Presidentes de Câmara e Assembleia Municipal e acrescentou que na alínea e) os Presidentes que deverão integrar o referido Conselho deverão ser os Presidentes de Junta de Freguesia de Souropires, Pala, Freixedas e Pinhel e que na alínea l) as colectividades desportivas e culturais escolhidas deverão ser a União Desportiva Os Pinhelenses e o Futebol Clube de Pala.-----

A terminar, disse que a periodicidade das reuniões deverá ser repensada, dado que é demasiado exagerado e difícil de cumprir, uma vez que existem muitos elementos envolvidos.-----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, disse que deverá ser alterado o artigo 4, alínea, uma vez que existe o representante das Juntas de Freguesia e foi de parecer que o mesmo deveria representar todos os Presidentes de Junta no referido Conselho.-----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que existe uma Lei que regulamenta a criação deste tipo de Conselhos Municipais e que a mesma deverá ser cumprida.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, solicitou um esclarecimento relacionado com a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que não está a ver que os antigos Presidentes de Câmara estejam disponíveis para participar nas actividades do Município e que na proposta apresentada deveria ter sido mencionado o limite de idade.-----

A terminar, disse que a proposta deveria ter sido devidamente fundamentada.---

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta apresentada pelo PSD à votação.--



Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com dois votos contra e uma abstenção dos Senhores Deputados Municipais Carlos Romeiro e Adérito Silva e Paulo Álvaro, respectivamente.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Manifestou o desagrado do PSD perante as afirmações proferidas pelo Deputado Municipal Carlos Guimarães, uma vez que é necessário que estejam presentes os quatro presidentes de Junta no referido Conselho e acrescentou que o PSD é a favor da inclusão dos 4 Presidentes de Junta referidos na proposta apresentada e que o mesmo não deverá ser alterado para um representante das Juntas apenas.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que o Grupo do PS irá apresentar à Mesa a seguinte proposta:”Propõe que seja democraticamente eleito um representante dos Presidentes de Junta no seio das 27 Freguesias.” -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta apresentada pelo PS à votação.--

Posta à votação, a mesma foi rejeitada, por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção dos Senhores Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes, António Silva, Carlos Guimarães, Carlos Ribeiro, Eduardo Magro dos Reis, Vidal Correia e Paulo Álvaro, respectivamente.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea d) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com um voto contra e seis abstenções dos Senhores Deputados Municipais Carlos Guimarães, Ricardo Avelãs Nunes, Adérito Silva, Eduardo Magro dos Reis, Paulo Álvaro, Gonçalo Cruz e Carlos Ribeiro, respectivamente.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----



Designação dos 4 Presidentes de Junta de Freguesia a Integrar o Conselho Municipal de Segurança, conforme proposta apresentada pela Comissão de Bem-Estar, no seu artigo 4º

Abertas as inscrições, não se inscreveu nenhum deputado Municipal para analisar e discutir este assunto.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea e) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com três votos contra e duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais Carlos Guimarães, Orlando Paulino, Carlos Ribeiro, Ricardo Avelãs Nunes e Gonçalo Cruz, respectivamente.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Designação de um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, no máximo de 20, conforme proposta apresentada pela Comissão de Bem-Estar, no seu artigo 4º

Abertas as inscrições, não se inscreveu nenhum deputado Municipal para analisar e discutir este assunto.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea c) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com um voto contra e cinco abstenções do Senhor Presidente de Pínzio e dos Senhores Deputados Municipais Carlos Guimarães, Adérito Silva, Carlos Ribeiro, Ricardo Avelãs Nunes e Gonçalo Cruz, respectivamente.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Aditados

O Senhor Presidente da Mesa leu a cópia parcial da acta do dia 19 de Setembro, a qual se transcreve na integra:-----



“Declaração de Interesse Municipal:- O Senhor Presidente deu conhecimento ao executivo Municipal que o Senhor Vítor Carlos Alves Pinheiro tinha requerido a viabilidade construtiva de um armazém, destinado a uma indústria de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos, a implementar na Freguesia de Souropires, desde que para tal o Município considere de interesse municipal a construção da indústria no local pretendido, uma vez que se trata de um indústria em área rural.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente deu conhecimento que, para efeitos no disposto da alínea c), do artigo 22º do Regulamento do PDM e por forma a viabilizar aquele investimento é necessário que a construção seja considerada de interesse Municipal. ----

O executivo Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea q), do número 1, artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro propor à Assembleia Municipal que considere de interesse Municipal a construção da indústria. “-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados Municipal Eduardo Magro dos Reis e Ricardo Avelãs Nunes.-----

Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS):- Disse que começa a ser uma prática do executivo Municipal, com a aceitação da Assembleia Municipal utilizar este expediente de interesse Municipal para viabilizar estas soluções e acrescentou que começam a suceder-se umas às outras e foi de parecer que se deverão repensar e ver outras soluções, porque são importantes para o desenvolvimento do Concelho de Pinhel.-----

A terminar, referiu que as mesas deverão funcionar em Zonas Industriais ou em loteamentos específicos para o efeito.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Afirmou que concorda com a intervenção proferida anteriormente e perguntou em que fase se encontra o PDM e quando irá ser aprovado.-----

Continuando, perguntou ainda se o local indicado será próprio para instalação de uma oficina e qual será o impacto ambiental que o mesmo irá ter.-----



O Senhor Presidente da Câmara disse que concorda com as intervenções dos Senhores Deputados Municipais e solicitou aos Deputados que ajudem o executivo Municipal a resolver tal problema e a superar todas estas dificuldades.-----

Continuando, deu conhecimento que a legislação está constantemente a ser alterada e que é necessário estar sempre a solicitar novos pareceres relativamente a este assunto, acrescentando que tinha colocado já todas as questões levantadas pelos Senhores Deputados Municipais, ou seja, para quando a conclusão do PDM Municipal.-

Seguidamente, disse que tinha remetido um ofício ao projectista e que os mesmos se desculpam com o tempo de resposta às diversas entidades e acrescentou que se deverá ainda colocar outra questão, porque após estarem alinhavados dizem que a cartografia que serviu de base para o estudo do PDM não poderá ser essa, devendo ser outra cartografia.-----

Disse que concorda com tal critério, uma vez que a cartografia terá de ser digitalizada e estar actualizada, porque irá servir de instrumento de trabalho ao Município de Pinhel.-----

Disse que o problema prende-se com o facto de não se saber como esta situação se resolve, acrescentando que eventualmente a Câmara Municipal terá de contratar outra equipa de projectistas que ajude a resolver este problema, uma vez que existe pouca aceleração do processo.-----

A terminar, disse que este PDM não serve o Município de Pinhel relativamente ao licenciamento de obras particulares e que o PDM está a dificultar o desenvolvimento do Concelho e acrescentou que a Câmara tem resolvido tais problemas com base no artigo 22º do Regulamento.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea g) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com duas abstenções d dos Senhores Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes e Eduardo Magro dos Reis.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

*Águas do Zêzere e Côa – Elaboração dos Projectos das Ligações Técnicas do
Sistema de Saneamento de Pinhel – Declarações de Interesse Público*



O Senhor Presidente da Mesa leu a cópia parcial da acta do dia 19 de Setembro, a qual se transcreve na íntegra:-----

“Águas do Zêzere e Côa – *Elaboração dos Projectos das Ligações Técnicas do Subsistema de Saneamento de Pinhel – Declarações de Interesse Público*:- Foi presente ao executivo Municipal um ofício remetido pela Empresa Águas do Zêzere e Côa, datado de 27 de Agosto do corrente ano, através do qual solicitam que sejam emitidas as seguintes declarações de interesse público: Subsistema do Azêvo, do Lamegal, do Pereiro, de Pínzio, de Souropires 1, 2 e 3, de Santa Eufêmia e de Gouveias/Pomares.----

Seguidamente, o Senhor Presidente deu conhecimento do teor das informações prestadas pelo Departamento de Obras Municipais, emitida a 12 de Setembro do corrente ano, da qual se extrai o seguinte:-----

“(....) 2- Em todos os Subsistemas analisados, parece-nos que, com base nas informações anexas, se poderá emitir as respectivas Declarações de Interesse Público.---

3- O Subsistema de Pínzio, indicado no ofício, não se refere ao Concelho de Pinhel”.-----

Face ao exposto, o executivo Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, considerar de interesse público os Subsistema do Azêvo, do Lamegal, do Pereiro, de Souropires 1, 2 e 3, de Santa Eufêmia e de Gouveias/Pomares e nos termos da alínea q), do número 1, artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro propor à Assembleia Municipal que considere de interesse público os referidos subsistemas. -----

Abertas as inscrições, não se inscreveu nenhum deputado Municipal para analisar e discutir este assunto.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea h) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Análise e Aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2008



O Senhor Presidente da Mesa leu a cópia parcial da acta do dia 19 de Setembro, a qual se transcreve na integra:-----

“Análise e Aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2008:- Foi presente ao executivo Municipal a proposta da 2ª Revisão ao Orçamento e da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2008, do qual se extrai o seguinte:-----

“Considerando que o orçamento aprovado para 2008 não contempla as dotações necessárias para se proceder à cativação de determinadas verbas, de valor estimado, não sendo por isso, possível assegurar a concretização dos compromissos já assumidos, designadamente, com os serviços de transportes escolares, fornecimento de água (em alta), tratamento de efluentes e de resíduos sólidos urbanos, iluminação pública, bem como com a aquisição de combustíveis (gasóleo);-----

Considerando a obrigatoriedade de afectar ao orçamento em vigor o saldo de gerência de 2007 no montante de 750.000,00 Euros, aprovado nos documentos de prestação de contas de 29 de Abril; -----

Considerando que a afectação desse saldo apenas poderá ser feita em sede de revisão orçamental, nos termos dos pontos 2.3 e 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que esta delibere, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento de 2008.”-----

Após uma análise exaustiva da proposta, o executivo Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que esta delibere, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento de 2008.”-----

A Directora do Departamento Administrativo e Financeiro disse que a proposta que se trás à Sessão da Assembleia Municipal tem como pressupostos a resolução de alguns problemas técnicos ao nível orçamental e acrescentou que o que se tinha vindo a



verificar nos serviços era que algumas facturas poderiam ser registadas, porque o orçamento de 2008 não previa dotação suficiente.-----

Disse que quando foi analisado tecnicamente o que se poderia fazer era que o saldo de 2007, no valor de 753.000,00 fosse aplicado e acrescentou que existem alguns constrangimentos com a empresa águas do Zêzere e Côa e que perante isso assegurar-se que todas as facturas que deram entrada em 2008 terão o devido registo contabilístico e orçamental.-----

Disse que a apresentação desse documento é importante para os Serviços fiquem regularizados e actualizados.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea i) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com duas abstenções do Senhores Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes e Gonçalo Cruz.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Intervenção do Público

O Srº Luciano Avelãs Nunes disse que espera que o Conselho Municipal de Segurança em constituição contribua para o desenvolvimento do Concelho de Pinhel.

Relativamente ao endividamento da Câmara Municipal face à empresa Aguas do Zêzere e Côa perguntou de quem é a responsabilidade da barragem e da ETA de Vascoveiro e na, eventualidade de o proprietário da Barragem e da ETA ser a Câmara Municipal, perguntou ainda se a Empresa Águas do Zêzere e Côa paga alguma participação à Autarquia pela sua utilização e manutenção do sistema de distribuição de água.-----

Quanto à Empresa Municipal disse que são de aplaudir as iniciativas de âmbito cultural levadas a cabo pela referida Empresa e, de imediato, perguntou ao Senhor Vereador Rui Ventura se sabe ao certo o número de presenças que assistem de 15 em 15 dias às diversas iniciativas.-----

Perguntou ainda se a empresa está a repensar as iniciativas e se existe culpa da empresa pelo facto de em todas as iniciativas existirem mais pessoas em cima do palco



do que na plateia, o que lamenta e acrescentou que não vê ninguém da Empresa Municipal a assistir a essas actividades culturais.-----

A terminar, disse que existe a falta de promoção junto das Escolas e que lamenta que os Senhores Deputados Municipais não gostem deste tipo de actividades culturais, uma vez que não têm disponibilidade e acrescentou que se têm deslocado a Pinhel grupo de valor nacional.-----

O Senhor Vereador Rui Ventura disse que a Barragem e a ETA de Vascoveiro entraram na concessão que foi feita na altura, sendo, por isso da responsabilidade da empresa Águas do Zêzere e Côa e acrescentou que depois as participações são diluídas no valor da renda.-----

Continuando, disse que agradece o elogio proferido à Empresa Municipal relacionado com as actividades culturais e acrescentou que as mesmas deverão ser repensadas e que a divulgação é feita, através da agenda cultural e junto da escola Secundária.-----

Seguidamente, referiu que os grupos teatrais e musicais têm muita qualidade e que também lamenta que a população não adira às iniciativas que são propostas pela Empresa Municipal.-----

Informou que tem visto na cidade da Guarda e na Covilhã jovens do Concelho assistirem a sessões de cinema quando, no Concelho existem as mesmas condições e acrescentou que não poderá obrigar ninguém a assistir às actividades culturais. -----

Seguidamente, deu conhecimento do número de presenças de Janeiro a Setembro do posto de turismo, Castelos, Museu, bar dos Castelos, Igreja de Santa Maria, cinema, teatro, Feira das Tradições e Festas da Cidade.-----

Disse que quando o grupo se desloca à cidade de Pinhel para actuar gratuitamente os representantes da empresa municipal estão sempre presentes para agradecer a sua presença.-----

A terminar, reiterou que as actividades culturais terão de ser repensadas e acrescentou que as pessoas têm de ser sensibilizadas para a realização deste tipo de actividades e iniciativas.-----

Encerramento: Quando eram dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão e para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José António Sales*



Assembleia Municipal de Pinhel

Gomes cujos trabalhos coordenou e por nós, *Dr.^a Ângela Guerra e Alfredo Torres*, que na qualidade de secretários a redigimos com a colaboração da funcionária da Autarquia, *Sandra Marisa Martins Amaral de Almeida*.-----